

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.390.685 - SP (2018/0287314-0)**

AGRAVANTE : TRANSERP - EMPRESA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE  
URBANO DE RIBEIRÃO PRETO S/A  
ADVOGADOS : RICARDO QUEIROZ LIPORASSI - SP183638  
EDUARDO ROBERTO SALOMÃO GIAMPIETRO -  
SP246151  
AGRAVANTE : ANDRE ROBERTO BONADIO  
ADVOGADO : JOSE EDUARDO GUELRE - SP239109  
AGRAVADO : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravos interpostos pelo particular ANDRE ROBERTO BONADIO e pela sociedade empresária TRANSERP - EMPRESA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DE RIBEIRÃO PRETO, contra decisão que inadmitiram seus recursos especiais, ambos com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, com o objetivo de reforma acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos da seguinte ementa (fl. 313):

MULTA DE TRÂNSITO Autuação e imposição de penalidade de trânsito instrumentalizada pela Empresa de Transporte Urbano de Ribeirão Preto S/A Delegação de poder de polícia Impossibilidade Lavratura e aplicação da sanção a cargo de agente pertencente aos quadros da empresa o que invalida a penalidade Procedimentos praticados pela TRANSERP em substituição ao ente estatal Invalidade Anulação da multa que se impõe Lavratura e aplicação da sanção a cargo de policial militar, agente público investido da potestade estatal, o que convalida a penalidade Procedimentos a cargo da TRANSERP de cunho eminentemente unilateral Afastamento da nulidade das multas lavradas por policiais militares Sentença de procedência parcialmente reformada Apelação parcialmente provida.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS Sucumbência proporcional Aplicação do artigo 86 c/c artigo 85, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil Honorários fixados em 10% do valor atualizado da causa.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, foram eles rejeitados (fls. 370-375 e 394-399).

Em suas razões recursais, André Roberto Bonadio aponta contrariedade, pelo acórdão recorrido, aos arts. 3º, 267, VI, 125, I, 248, 295, II e III, 329, 330, I, 331, §§ 2º e 3º, 333, I, 336, 364, 368 e 372, *caput*, do CPC de 2015, dos arts. 1º, 3º, 5º, 7º, III, 8º, 24, VI e VII, 280, *caput* e §§ 2º, 3º e 4º, 281, parágrafo único, 282, 285 e 320, *caput* e parágrafo único, do Código de Trânsito Brasileiro, bem assim, aos arts. 237 e 238 da Lei 6.404/1976, porquanto, em síntese, a TRANSERP/recorrida, na condição de sociedade de economia mista, equiparada à empresa privada, não detém competência para

aplicar multas de trânsito, tendo em vista a indelegabilidade do poder de polícia de tributar e de punir, típicas de Estado, consoante entendeu o STF no julgamento da ADI n. 1.717.

Salienta, ainda, que mesmo que se tratando de autuações realizadas eletronicamente, por meio de radar fotográfico, o ato administrativo estaria contaminado com vício de nulidade no momento em que o documento é homologado pela autoridade de trânsito municipal, no caso a própria TRANSERP.

Suscita, ainda, dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e julgado desta Corte relacionado à questão.

Por sua vez, TRANSERP, em seus argumentos recursais, alega contrariedade aos arts. 139, I, 281 e 373, I, do CPC de 2015, e dos arts. 237 e 238 da Lei n. 6.404/1976, visto que, em suma, o particular/recorrido não se desincumbiu de comprovar que as atividades públicas desenvolvidas pela sociedade empresária/recorrente são incompatíveis com o exercício do poder de polícia, porquanto explora atividade econômica, persegue lucro e distribui dividendos entre seus acionistas.

Aponta contrariedade aos arts. 355, I, 361, 369, 370 e 412, *caput*, do CPC de 2015, sob a alegação da existência de patentes questões fáticas dependentes de comprovação por parte do recorrido (de que a recorrente explora atividade econômica, de sua incompatibilidade para a prestação de serviços públicos, de que persegue lucro e distribui dividendos), pelo que os documentos juntados aos autos pela TRANSERP, não impugnados pela parte adversa, são provas e comprovam os fatos neles declarados.

Aduz, ainda, contrariedade aos arts. 1º, § 3º, 3º, 5º, 7º, III, 8º e 24, VI e VII, todos da Lei n 9.503/1997, porquanto o *decisum* deixou de observar as regras previstas no mencionado CTB que autorizam o exercício de atribuições de trânsito por entidades executivas dos Municípios, incluindo, por certo, as sociedades de economia mista da administração indireta.

Indica, por fim, violação dos arts. 23, III, 24, 25 e 280, *caput*, §§ 2º, 3º e 4º, 320, *caput* e § único, do CTB, e dos arts. 237 e 238 da Lei n. 6.404/1976, sustentando a legalidade da utilização de aparelhos eletrônicos ou outros meios tecnológicos para comprovação e autuação de transgressão de trânsito, bem assim da regularidade da atuação de agentes de civis de trânsito, submetidos ao regime celetista, para o mesmo *mister*.

Por fim, aponta dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relacionado à regularidade da comprovação de infração de trânsito por meio de aparelhos eletrônicos.

Contrarrrazões apresentadas pelo particular André Roberto Bonadio às fls. 473-480, tendo o Tribunal *a quo* negado seguimento a ambos os recursos (fls. 483-484 e 485-486), tendo sido interpostos os presentes

agravos.

É o relatório. Decido.

Considerando que os agravantes impugnaram a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade dos agravos, passo ao exame dos recursos especiais.

A matéria deduzida nos recursos especiais interpostos, qual seja, a possibilidade de aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista, teve a repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE n. 662.186/MG, posteriormente convertido no RE n. 633.782, Tema n. 532, de relatoria do Ministro Luiz Fux, nos termos assim ementados:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PODER DE POLÍCIA. DELEGAÇÃO DOS ATOS DE FISCALIZAÇÃO E SANÇÃO A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.

[...]

"Isso posto, reconsidero a decisão agravada, ficando prejudicado o agravo regimental, e determino que se proceda à substituição do RE 840.230 pelo presente recurso, atualizando-se os sistemas informatizados da Corte, para fazer constar o RE 633.782 como paradigma do Tema nº 532 da repercussão geral. À Secretaria Judiciária para a juntada de cópia da manifestação pelo reconhecimento da repercussão geral exarada nos autos do ARE 662.186" (ARE 662.186 RG, Relator(a): Min. Luiz Fux, julgado em 22/3/2012, Acórdão Eletrônico DJe-180 Divulg. 12/9/2012 Public. 13/9/2012).

Diante disso, torna-se impositiva a suspensão dos feitos pendentes que tratem da mesma matéria, nos termos do art. 1.036 do CPC/2015.

Por sua vez, os arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.

De acordo com tais dispositivos, há a previsão da negativa de seguimento dos recursos, da retratação do órgão colegiado para alinhamento das teses ou, ainda, a manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

Nesse panorama, cabe ao Ministro Relator, no Superior Tribunal de Justiça, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após o julgamento do paradigma, seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial.

No mesmo sentido, destacam-se os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO

NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. A análise dos autos denota que a pretensão da recorrente, embora envolva a incidência de imposto de renda sobre depósitos judiciais, diz respeito à discussão relacionada ao que foi decidido nos autos do REsp 1.089.720/RS, no sentido de que, se a verba principal for isenta do imposto de renda, o seu assessorio também o seria.

2. A controvérsia relacionada à incidência do imposto de renda sobre juros de mora teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 808).

3. É irrelevante o fato de os juros de mora em questão não decorrem das mesmas verbas a que se refere o recurso extraordinário afetado, pois juros de mora são "juros de mora" em qualquer circunstância. Precedente: REsp 1.223.268/PR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 21/6/2017.

4. Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015. Precedentes: AgInt no AREsp 707.487/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/10/2017 AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017.

5. Somente depois de realizada essa providência, a qual representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento da Corte a quo.

6. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AgInt no REsp 1473147/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018).

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO APELO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO DESTES ÚLTIMO COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte.

2. A parte agravante não logrou demonstrar, no caso concreto, a ausência de similitude entre o tema trazido em seu especial e o tema pendente de julgamento no STF com repercussão geral, pelo que se impõe a manutenção do sobrestamento ora combatido.

3. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AgInt no REsp

1603061/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/06/2017, DJe 28/06/2017).

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o §2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015: *a) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial que esteja em sentido diverso* ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou *b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial em conformidade com o STF* ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou *c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.*

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator